

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.092 - SP (2019/0010135-4)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE SAO BERNARDO DO CAMPO**  
**ADVOGADOS : ROBERTO DA SILVA OLIVEIRA - SP059911**  
**MARCELA PROHORENKO FERRARI - SP296845**  
**NATALIE DE BARROS SACRAMENTO E OUTRO(S) - SP274701**  
**AGRAVADO : GILBERTO APARECIDO GINEZ**  
**AGRAVADO : ELISABETE FRANKLIN CAVALCANTE**  
**AGRAVADO : ILDA RODRIGUES CARNEIRO**  
**AGRAVADO : ISAEL RIBAS**  
**AGRAVADO : MARISA MARGONARI DE OLIVEIRA E SOUZA**  
**AGRAVADO : NARCISA AMALIA FORMENTINI**  
**AGRAVADO : NINA ROSA GUIMARAES BARBOSA**  
**AGRAVADO : RONALDO ROCHA**  
**AGRAVADO : SONIA REGINA ALBIERO**  
**AGRAVADO : VANDA APARECIDA ROCHA ABITE**  
**AGRAVADO : TOMIKA WATANABE FUJINAGA**  
**AGRAVADO : VIRGINIA CARNEIRO RIBAS**  
**ADVOGADOS : MARCELO GALANTE E OUTRO(S) - SP183906**  
**KAREN NAKANDAKARI RIBEIRO - SP192610**

**EMENTA**

ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. PRECEDENTES. LIQUIDAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE APURAÇÃO DO "AN DEBEATUR". AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial manejado pelo INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE SAO BERNARDO DO CAMPO em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado:

Apelação e reexame necessário Servidores públicos municipais inativos Pretensão ao recebimento de montante referente à conversão dos vencimentos em URV, nos termos da Lei Federal nº 8.880/94 Procedência Inconformismo Inocorrência da prescrição do fundo do direito, porquanto se trata de direito originado Inteligência da Súmula nº 85 do A. STJ Competência para legislar sobre sistema monetário cabente à União, sendo obrigatória a observância do art. 22 da Lei Federal nº 8.880/94 pelos entes

federativos Direito reconhecido pelo E. STF no julgamento de RE nº 561.836, com repercussão geral Condenação que se impõe Quantum a ser apurado em liquidação, sendo possível reconhecer a absorção do percentual em caso de reestruturação financeira da carreira, vedada, de todo modo, a compensação com aumento superveniente a título de reajuste ou revisão Critérios de juros de mora e correção monetária de acordo com entendimento do Pretório Excelso - Recurso e reexame necessário desprovidos.

No especial, fundamentado no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, alegou-se contrariedade às disposições dos artigos 267, VI, do CPC/2015 e 1º do Decreto nº 20.910/1932.

Apresentadas contrarrazões.

Após juízo negativa de admissibilidade, sobreveio o presente recurso.

Ofertada contraminuta.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Não há óbices ao conhecimento da querela submetida.

Tenho que a decisão ora recorrida não observa a jurisprudência do STJ pela possibilidade de se remeter a apuração do valor devido em liquidação de sentença somente após da constatação inequívoca do "an debeatur" (cf. AgInt no AREsp 1179832/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 27/03/2018), o que não ocorreu no caso dos autos.

Além disso, o STJ pacificou entendimento no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Dessarte, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017).

Incidente o teor da Súmula nº 568/STJ: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**Relator**

